

ENTREVISTA

Renato Janine Ribeiro

**“NO GOVERNO PASSADO A CAPES
CONSEGUIU APERTAR MUITO A ORIENTAÇÃO.
CONTINUA NECESSÁRIA ESTA IMPOSIÇÃO”**



**“REDUÇÃO DE TEMPO MÉDIO DE TITULAÇÃO
NÃO É MAIS PRIORIDADE DA CAPES.
FORÇAR A DEFENDER TESE
EM 2 OU 3 ANOS É MESQUINHO”**

Capes/MEC



O professor Renato Janine Ribeiro, diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (Capes), surpreende ao afirmar que o governo anterior “conseguiu melhorar muito a pós-graduação” ao estabelecer rígidos controles da produção docente, que continuam a ser entendidos pela agência e pelo atual governo como necessários. Apesar disso, ele reconhece que o “apelo ao voluntarismo” da mão-de-obra docente chegou ao limite e que daqui para a frente será preciso investir e contratar professores nas universidades federais.

“Não vou dizer que a avaliação não seja mal usada, não tenha sido mal usada e não possa ser mal usada. Mas como estamos lidando com recursos públicos, o dever que a sociedade tem é assegurar que eles sejam bem utilizados. Não posso verificar se a universidade está cumprindo seu papel social, se não tiver segurança de que ela está fazendo um bom trabalho”, justifica.

Professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP (FFLCH), Janine Ribeiro considera que competição e punição são aspectos menores do processo de avaliação dos programas de pós-graduação, mas admite funcionalidade na faceta punitiva. “Descredenciar e fechar um curso é extremamente importante. Este poder que a gente tem, que levou ao fechamento de 2% dos programas na avaliação passada, 36 em um total de 1819, é fabuloso, porque estes 36 garantem que os outros 1783 estão funcionando bem”.

*Janine Ribeiro expõe nas páginas a seguir algumas das novas diretrizes da Capes, entre elas a orientação aos comitês de área de que não mais exijam dos programas a redução do tempo médio de titulação. A Diretoria da Capes vem sinalizando aos comitês de área que reduzam a importância de tal item como fator de avaliação: “Forçar uma pessoa a defender uma tese em 2 ou 3 anos é ridículo, é mesquinho, não faz o menor sentido”. Concedida a **Américo Sansigolo Kerr, José Chrispiniano e Pedro Estevam da Rocha Pomar**, a entrevista foi realizada em Brasília, em setembro de 2005.*

Revista Adusp- Neste governo a Capes está em seu terceiro presidente. A impressão é de que há uma certa turbulência. Você assumiu faz um ano e meio. Com que “missão” veio para cá, qual é seu projeto, o que o fez aceitar este desafio?

Renato Janine Ribeiro- O fato de estar no terceiro presidente, no terceiro ano do governo Lula, não necessariamente indica uma turbulência. Houve uma troca, um primeiro presidente que saiu por questões pessoais. Um segundo que saiu porque saiu o primeiro detentor da pasta, Cristovam Buarque. Então, a grande mudança que tivemos foi da gestão do ministro Cristovam Buarque para a do ministro Tarso Genro. Quando assumimos a Capes, tivemos que preparar a avaliação trienal.

O que me levou a aceitar o convite foi o desafio. Eu tinha preparado para a USP, no ano 2000, um curso interdisciplinar de Humanidades, que acabou não sendo aprovado, em parte por causa da política reitoral, em parte por causa da política estudantil e sindical. A partir disso eu concorri com um projeto para a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, a SBPC. Então é uma série de idéias que eu tinha e tenho, sobre a universidade. Muitas delas reunidas no livro *A Universidade e a vida atual*, que publiquei em 2003, o subtítulo é “Fellini não via filmes”. A idéia é uma referência de Fellini, segundo a qual ele imaginava as imagens fílmicas lendo livros, e não vendo filmes. Uma das coisas necessárias para a universidade é ser capaz de abrir-se para

o que está fora dela. Isso tanto no plano da pesquisa quanto da extensão, da relação com a sociedade. Isso implica, por exemplo, pensar o aspecto interdisciplinar, que está crescendo, e vai contra toda uma cultura que fortaleceu muito as fronteiras entre as disciplinas.

Por exemplo, a grande revolução da ciência foi o uso da Geometria — que era uma técnica de agrimensor, por assim dizer — como matriz de toda a ciência moderna no século XVI. Você transfere algo que tem 2.000 anos em uma área para outra,

“Foi necessária uma pressão muito forte da minha Diretoria para que as áreas de Humanas avaliassem livros. Não queriam ler os livros e dizer se eram bons ou não”

você revolucionaria. Pega a Etnologia, transfere para a História, isso se chama História das Mentalidades e faz uma beleza de mudança ao longo do século XX. Esse é um ponto. Outro ponto é como a universidade vê o que está fora dela, como pensa a extensão. Então, o fato de ter estas duas questões, e o fato de ser convidado para fazer parte de uma agência que, mais do que de fomento, é uma agência que sinaliza caminhos para a pós-graduação no Brasil, me fascinou, e por isso aceitei.

Quando o professor Jorge Guimarães me convidou, eu coloquei dois ou três pontos. O primeiro era: o tempo médio de titulação causou muitos danos para as áreas de Humanas. Que é algo que foi sinalizado de maneira muito forte pela Capes, que sem dúvida foi benéfico em várias áreas, só que não considero ter sido muito positivo nas áreas de Humanas. Nas áreas de Humanas em especial o prazo de mestrado fixado em dois anos não funcionou muito bem. O professor Jorge concordou comigo, ele acha que levou também a algumas teses muito rápidas, como em Odontologia, teses de doutorado em 33 meses. Outro ponto foi a avaliação dos livros. Comentei que se os livros não fossem avaliados na área de Humanas seria uma coisa muito equivocada. A produção da área é principalmente livros.

Quando eu falo de Humanas estou me referindo a três grandes áreas no sistema Capes: Humanas, Sociais Aplicadas e Linguística, Letras e Artes. Três grandes áreas que reúnem umas 18 áreas do conhecimento. Nestas áreas a produção de livros é muito significativa. Equivale a algo como três vezes a produção *per capita* das outras áreas. Isso tudo acaba trazendo para o sistema um grande volume de produção científica que não é avaliada. O Jorge concordou e em função disso sinalizamos a avaliação do ano passado. E aí veio uma coisa muito curiosa. As áreas de Humanas disseram que os livros eram fundamentais, mas a maior parte não queria avaliá-los. Não queriam ler os livros e dizer se eram bons ou não. Foi necessária uma pressão muito forte

da minha Diretoria para que as áreas avaliassem. Algumas avaliaram com cuidado, principalmente Geografia. Outras fizeram numerologia.

É importante dissipar um grande mal entendido sobre a Capes. Todo mundo diz que a Capes só se preocupa com números, com quantidade etc. Isto está errado, porque a quantidade só faz sentido se expressar qualidade. Você só pode usar indicadores que de alguma forma possam expressar uma qualidade. Como por exemplo notas: são um indicador numérico, mas de qualidade. E a Diretoria quis e quer que a principal produção de Humanas seja avaliada pela sua qualidade. Significa que não podemos fazer como foi feito em uma área de Humanas que atribuiu notas: livro valia cinco pontos, orelha de livro valia 0,25 ponto. Quando eu vi que orelha de livro valia 0,25 ponto, protestei, porque eles não abriam mão desta metodologia. Olhar, ler e avaliar a qualidade do livro eles não queriam, impressionante. Então nosso ponto é esse, como fazer uma avaliação da qualidade dos programas. O básico é: o programa tem docentes que tenham produção científica? Os alunos da pós-graduação estão envolvidos dentro desta produção científica, estão participando desta produção?

Revista Adusp- Estas são as exigências que você colocou para aceitar o cargo?

RJR- Como assim?

Revista Adusp- Não foi o que...

RJR- Não, foi uma conversa.

Revista Adusp- Chamemos assim. Então, aparentemente a Capes continua operando com uma profusão de

rankings, tabelas, Qualis etc... É uma provocação que eu queria lhe fazer: não tem muito positivismo nisso?

RJR- O que você chama de positivismo?

Revista Adusp- Esse império dos números e quantificações, em detrimento da qualidade, este exemplo mesmo de orelha de livro valer 0,25.

RJR- A Capes é contra isso.

Revista Adusp- Mas isso não é o produto deste ambiente que a Capes...

RJR- Não é, não. Esse é um equívoco típico da área de Humanas, que

“A avaliação foi concebida a partir de áreas nas quais os números expressam muitas coisas. Exatas, sobretudo Biológicas. Mas as outras se adequaram bem”

acaba se sentindo entre dois pólos. As grandes áreas de Humanas acabam padecendo de vários problemas. A avaliação foi, de fato, concebida a partir de áreas nas quais os números expressam muitas coisas. Exatas, sobretudo Biológicas. Mas as outras se adequaram bastante bem. A avaliação não coloca maiores problemas em Biológicas, Exatas e Ciências da Saúde. E coloca alguns problemas em Agrárias e engenharias que têm setores de pesquisa de aplicação. Nas Agrárias e na Engenharia é

muito importante a aplicação prática do conhecimento. Isso gera um problema, que tem sido equacionado por eles, que é qual é o resultado prático. Por exemplo: não posso avaliar um programa de Zootecnia, se eles não estão mudando a criação de bovinos, caprinos etc. Então tenho que considerar a extensão.

No caso de Humanas, há dois problemas bem sérios. O primeiro é que livros não foram avaliados até hoje. Porque não é simples avaliar livros, não é coisa trivial, porque você terá provavelmente que lê-los. Será necessário que duas ou três pessoas leiam o mesmo livro e emitam uma nota — e você terá que evitar que uma pessoa só leia, para evitar um viés de simpatia ou antipatia. Esse é um problema muito complicado. Um segundo problema é que nas áreas de Exatas e Biológicas é muito comum as lideranças científicas serem lideranças políticas. Nas Humanas não há esta tradição. As Humanas não costumam eleger para suas lideranças políticas suas lideranças científicas. Algumas sociedades científicas têm nas suas cabeças grandes cientistas de Humanas, mas não todas. Isso cria um problema sério. Porque as lideranças que poderiam sinalizar o formato da área, os grandes pesquisadores, estão fora da discussão de política científica em Humanas.

Agora, para voltar à sua questão, todas as tabelas da Capes expressam qualidade, a começar com o Qualis. Que é? Inicialmente, se ele pega uma área de Medicina, é basicamente o fator de impacto. Os artigos estão sendo citados em outros artigos? Estão produzindo conhecimento? Isso é uma

coisa muito sofisticada. Porque não é apenas você ser citado. É haver uma média de citações em boas revistas. Você ser citado em uma revista ruim não resolve o caso. Que foi a criação do Qualis em outras áreas, como Humanas? O Qualis foi uma maneira de as áreas de Humanas poderem dizer, sem usar o fator de impacto, sem usar os índices de citação estrangeiros, quais são as revistas boas. Se nós pegarmos o ISI vai ter índices de citação para artigos de Filosofia e Sociologia, mas não confiamos neles. Isto vale para as áreas de Biológicas e Exatas, mas para Humanas não vale. Para Humanas, cada área estabelece o seu Qualis, examina as revistas e vê quais são as melhores e as menos boas. E isso vale também para as Agrárias. As revistas que têm maior citação internacional não são as que lidam com agricultura tropical. Então temos que corrigir, para dar um viés que seja favorável ao país. Como as grandes revistas são norte-americanas, elas podem não valorizar tanto a medicina tropical, a agricultura tropical.

Revista Adusp- Isso é bem limitado. Você pegou em um ponto, a questão do predomínio dos americanos. Você tem aí, de certa forma, a ciência norte-americana direcionando o que você vai fazer no resto do mundo, com este tipo de padronização...

RJR- Até certo ponto. Também não sei de que tipo de padronização você está falando.

Revista Adusp- Vamos pegar algumas áreas: que tipo de alternativa você vai ter para agricultura? A chamada orgânica? Ou você vai fortalecer — não estou dizendo que tenha que enfraquecer — a engenharia

genética? Então você aposta tudo ali, em projetos do tipo Genoma, e acaba deixando de dar apoio a outras áreas que em outro momento podem, inclusive, ser muito mais fortes. A ciência já mudou de campo, principalmente na área de Exatas, mais de uma vez. Se você pegar eletrônica, era tudo valvulado, hoje é transistorizado, circuito impresso, você está indo para outras áreas. E, na agricultura, você pode ir para linha de agrotóxico e interesse das grandes corporações, ou pegar pequeno e médio produtor, a capacidade dele de tratar a agricultura orgânica.

RJR- Há uma grande confusão científica aí.

Revista Adusp- O pequeno e médio produtor vai trabalhar com técnicas e processos que a monocultura não opera. Isso envolve ciências diferentes e a valorização delas, e como é que você vai conseguir entrar em uma revista dependendo do que você tenha feito nessa área? Existe conhecimento em uma área, que não é valorizado internacionalmente, porque não é uma linha que interessa às grandes corporações. Na área de Medicina, houve um problema agora, com a influência das grandes corporações fabricantes de remédio...

RJR- Quem levantou esta questão? Não foi a própria comunidade científica? Confiamos muito na comunidade científica. Não há melhor maneira de gerir estas coisas do que a própria comunidade científica, que corrigiu ou está tentando corrigir estas deformações bastante sérias que podem ocorrer na aceitação de artigos. Quanto à dimensão disso eu não sei qual é. Não parece ser tão grande. Quando eu disse que há uma confusão

científica é que você falou em agrotóxico e falou do Genoma, de engenharia genética, suponho que esteja também questionando os transgênicos. Os transgênicos foram uma tentativa de não utilizar mais agrotóxico.

Revista Adusp- Não entrei nesta discussão.

RJR- Você falou nas duas coisas e defendeu contra isso agricultura orgânica. Parte da opinião pública bem intencionada, mas ignorante em matéria científica, confunde estas duas coisas.

Revista Adusp- Perdão, não só não é o meu caso, como fiz a observação logo de início. Não estou dizendo que não tem que fazer pesquisa nesta área.

RJR- Entendi. Só não vejo alternativa a isso, a não ser a própria comunidade científica discutir, é o que ela faz. Por isso mesmo achamos importante criar novas revistas.

Revista Adusp- Mas tem que romper essa pressão do Qualis. Na própria página da Capes, você fala lá em relação ao Qualis...

RJR- Este texto não é meu, é da instituição. É um texto que está aí há alguns anos.

Revista Adusp- ...“A constituição de classificação destas categorias compõe nove alternativas indicativas da importância do veículo utilizado. E, por inferência, do próprio trabalho divulgado”. Então, você está associando a qualidade do trabalho à qualidade da revista. O que não é necessariamente verdade. Pode ter gente publicando em uma revista inferior, é lógico que com esta pressão toda você vai tentar publicar em uma melhor e acabou, mas você pode publicar um

artigo bom em revista inferior. E embaixo fala, “*não definir qualidade de periódicos de forma absoluta*”, mas faz um vínculo do trabalho com a revista. Se eu publicar em revista que tem um Qualis inferior, estou perdendo ponto.

RJR- Você tem uma proposta?

Revista Adusp- Da mesma forma que livros, o que você está fazendo em relação a livro?

RJR- Estou discutindo muito. E não é fácil.

Revista Adusp- Você vai criar um mecanismo de avaliação própria. Então, em relação ao trabalho, você tem que olhar o trabalho. Esta publicação é A, B, C e você acabou de carimbar o trabalho do rapaz que está na C, como C. Essa é a tendência do jeito que está sendo posto. E aí você fala “é C”, e o trabalho dele pode ser A?

RJR- Estou perguntando se você tem uma proposta. Isto não é uma proposta e vou dizer por quê. Você tem algo como 30 mil, 40 mil artigos publicados em periódicos por ano. Olhar um a um é impossível. Pense em alguma hipótese deste tipo, é impossível. Então temos um sistema, que internacionalmente é bastante aceito, que na maior parte das áreas funciona, que é considerar que a revista melhor publica os trabalhos melhores, e a revista pior, publica trabalhos piores. E abrir espaço para que as revistas que têm menor desempenho cresçam. Isto é feito através da avaliação. Todo ano, as revistas nas quais saíram artigos de pesquisadores que estão na pós-graduação brasileira são avaliadas pelos comitês de área. Os comitês

dizem se a revista é boa, se subiu, se melhorou etc.

Estou tentando pensar no caso de livros. Qual diferença tem? No periódico você tem um caráter mais ou menos constante, assegurado pelo fato de que ele tem uma comissão editorial. Você tem uma constância da qualidade na maior parte das áreas. Mesmo se pegar as áreas que não têm uma tradição de fator de impacto, há uma constância. A revista *Mana*, por exemplo, do Museu Nacional de Antropologia, provavel-

“Você tem 30 mil, 40 mil artigos publicados por ano. Olhar um a um é impossível. Então temos um sistema bastante aceito, que é considerar que a revista melhor publica os trabalhos melhores, e a revista pior publica trabalhos piores”

mente uma das melhores da área de Humanas. Mantém qualidade alta há muito tempo. A *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, idem. Agora, quando passamos para livros, qual o fator de qualidade? A editora? Algumas áreas estão operando com editora. É uma experiência possível. Outras estão pensando em outros critérios. Duas, que têm uma pequena dimensão de publicação, estão pensando em fazer um piloto de leitura de todos os livros da área. Se você pegar

Antropologia e Ciência Política, a publicação no triênio não chega a três dígitos. Então é viável. Agora, numa área que tem 800 livros no triênio, como Educação, e significando coletâneas, artigos em livros coletivos além disso, a leitura de tudo fica muito difícil. Nenhum critério é absoluto. Mas por enquanto estamos operando com os melhores critérios possíveis.

Revista Adusp- Ainda nesta questão do Qualis, este é um Documento de Área de Comunicação, de 2004. Eu queria ler para ouvir sua opinião: “*Não se deve, a este ponto, encorajar uma política orientada pelo princípio de que em publicação científica ‘o mais é o melhor’.* Melhor é publicar em periódicos e coletâneas de excepcional qualidade ou publicar livros de referência. Publicar não importa onde é uma péssima política científica. Campos científicos fortes só se formam se a publicação for competitiva, em poucos e excelentes veículos que todos lêem e citam. A área de Comunicação tem um excessivo número de periódicos, o que torna parte da produção intelectual publicada em condições de baixa competição (há sempre uma revista onde publicar o meu artigo) e, conseqüentemente, não lida pelos pesquisadores de ponta. Além do mais, ainda recorre ao expediente, felizmente sempre menos empregado, de coletâneas financiadas pelo Programa com o fim de desaguar produção intelectual não competitiva. Com o sistema Qualis implantado e funcionando a qualificação da publicação fica evidente e a área precisa melhorar consideravelmente sob este aspecto. Coletâneas sem rigorosa seleção editorial e periódicos com baixa

competitividade (Nacional C e Local A, B e C, por exemplo) precisam ser evitados a todo custo.” Queria saber se você concorda com este discurso, de competição.

RJR- Não concordo com o termo *competição*, e não concordo com a conclusão final de que os últimos três níveis devem ser evitados a todo o custo. Isto é um critério de cada pesquisador. Talvez o texto seja muito radical para o meu gosto, mas há um princípio muito importante. É importante que a publicação científica seja lida. E existe toda uma parte que não é. É enorme a parte que não é. Os últimos dados: havia 6 mil periódicos científicos no Brasil. Só o meu departamento, que é de Filosofia da USP, tem doze periódicos pelo menos. Isso torna muito difícil a leitura de textos. Pouco disso está no Scielo [Scientific Electronic Library Online], o Scielo não chega a 200 periódicos desses 2 mil. Cada programa de pós-graduação, muitas vezes cada departamento de graduação, quer editar a sua revista. Quem vai ler isto? É óbvio que se você publica artigos que não são lidos é um desastre. Esse artigos poderiam ser bons e lidos em outras partes e não são disponibilizados. Talvez a gente possa reduzir esta questão, se aumentar a publicação pela internet.

O problema que temos é com esta quantidade enorme de periódicos de ciência, a maior parte não é conhecida. Artigos bons podem ficar afogados em periódicos ruins. E aí tem uma outra consequência que tem a ver com o que o Américo colocou. Ele levantou a hipótese

de um artigo bom em um periódico ruim, ou vice-versa. Isso pode acontecer, mas acontecerá menos se a área tiver uma cultura, não diria da competição, mas da qualidade. Se você tiver uma cultura da qualidade, um periódico bom vai evitar artigos ruins. Por outro lado, um cientista que tiver qualidade vai procurar o veículo que tiver mais capacidade de submeter o artigo dele a uma leitura rigorosa. Quanto à observação de que verbas públicas não devem ser usadas apenas para fazer currí-

“Consideramos importante transferir conhecimento científico para a sociedade. Um bom trabalho em cana-de-açúcar seria um que não se concentrasse nos aspectos biológicos, mas considerasse os efeitos da monocultura, poluição, o êxodo rural causados”

culo das pessoas, eu concordo. Usar verba pública do tipo taxa de bancada, apenas para desovar uma produção que não tem ela própria qualidade científica, que não vai ser lida.

Revista Adusp- O problema não é necessariamente como fazer a avaliação, mas o contexto em que está posta. Este processo de avaliação tem sido muito mais um instrumento de controle e pressão, do que de estímulo à cooperação no trabalho, de fazer com que a universidade seja um

centro aberto e arejado de saber, e tradicionalmente artesanal. Você está criando uma pressão produtivista, trazendo o fordismo para dentro da universidade e centros de pesquisa. Este processo de avaliação, principalmente no Brasil, onde você tem junto uma carência de recursos, tem servido para exercer uma pressão de trabalho em que alguns grupos mais estabelecidos conseguem se promover e se desenvolver e outros ficam excluídos. Esta pressão toda tem gerado um objetivo, que é publicar.

RJR- A pressão houve, há e haverá. Mas não tem unicamente o sentido de gerar competição. Certamente há um momento competitivo na avaliação que é o momento de geração de notas, que é o momento trienal. Mas uma coisa que sinalizamos muito fortemente é: os cursos 6 e 7 deverão ter a obrigação de cooperar com cursos 3 e 4 situados em regiões geográficas menos ricas, mais subdesenvolvidas. Isso não chegou a ser uma obrigação, porque este é um ponto em que, como isso foi definido pelo CTC [Conselho Técnico Científico] já na metade do triênio, não podemos dizer que um curso perderá nota por causa disso. Mas é muito importante. Uma sinalização que a agência deu é que nenhum curso poderá perder sua nota por causa da cooperação com programas, neste espírito de solidariedade, se ele de alguma forma tiver um problema na sua produção interna. Ou seja, não pode haver uma guerra de todos contra todos. Isso é algo que a professora Ana Lúcia Gazzola, reitora da UFMG, e então presidente



da Andifes, defendeu como indicador de solidariedade.

Segundo ponto, cooperação. Vamos pegar a USP. Como se faz seleção de alunos em alguns programas de pós-graduação? Primeiro fazem um exame. Depois de um tempo, marca-se uma segunda prova. Um exame oral, ou alguma outra coisa. Isso tem várias razões, mas um efeito disso é tornar muito difícil um aluno de longe ser selecionado na USP. Isso não é uma mostra de solidariedade. E esse é um ponto que estamos sinalizando. Todas as vezes em que fui à USP, falei: esse é um ponto complicado. Programas que fazem, de forma indireta, uma barreira para a seleção de alunos de fora da sua instituição ou região geográfica não estão atendendo a uma demanda importante.

Outro ponto. Consideramos cada vez mais importante a transferência do conhecimento científico para a sociedade. Quais são os efeitos que você gera com o conhecimento? De que maneira a Agronomia pode melhorar a produção brasileira no campo? Tenho dado um exemplo de que maneira considerar isso. Um bom trabalho em cana-de-açúcar seria um que não se concentrasse nos aspectos biológicos, mas considerasse os efeitos da monocultura, a poluição, o êxodo rural que seu cultivo causasse etc... Estamos incentivando uma visão mais interdisciplinar nos programas. Se nós formarmos pessoas que saibam calcular um custo social, que pode ter um ganho tecnológico mas vai haver um custo social mais alto, teremos uma qua-

lificação melhor da sociedade brasileira para lidar com isso.

Não confundo o que você chama de produtividade com a produção científica. A produção científica tem que aumentar. Você tem que levar em conta que houve áreas inteiras que tiveram por muito tempo a tradição de não publicar nada. Acontece muito na Medicina. Havia professores titulares que não publicavam. Nas áreas de Humanas, por muito tempo publicou-se muito pouco. Há grandes nomes que jamais publicaram algo relevante. O fato de passar a publicar é importante. Agora, como vamos considerar isso? Tem que ser matizado por área. O Qualis de Filosofia, minha área, tem dois artigos em internacional A e 11 em internacional B no triênio passado. Muito pouco para uma área de 240 docentes. Então, mais importante é a publicação de livros. Os livros têm que ser avaliados. Dessa maneira você vai para a qualidade. Mas não vejo mal na publicação. É uma grande forma de a universidade, pública ou não, mostrar à sociedade o que ela está fazendo de pesquisa. E nas áreas de Humanas em geral a publicação tem um alcance muito maior que do que a comunidade acadêmica.

Vou propor para vocês um outro assunto. Uma coisa muito importante que estamos fazendo é deslocar o eixo da competição para a cooperação.

Revista Adusp- Como é que esse processo de avaliação aponta na direção da cooperação?

RJR- Por exemplo, cursos novos. Nós recebemos 470 propostas de programas novos. É difícil dar um número exato, porque uma proposta

de curso novo pode ter dois, três cursos embutidos, um doutorado e um mestrado. Que aconteceu? Recebemos várias propostas da Universidade Federal de Roraima, uma delas era um curso de Física. Tinha um corpo docente que dá conta do curso, mas vai ter dificuldades na relação com o resto do país. A questão é a distância. Estamos gerando um projeto chamado “Acelera Amazônia”, que visa fortalecer os programas de pós-graduação na região amazônica. A Capes vai alocar professor, verba para viagem, vai incentivar os cursos do Sul e Sudeste a cooperar mais com eles. Daqui a um tempo vai condicionar a manutenção das notas mais altas a isso. No Amapá tínhamos um projeto que estava com dificuldade de avaliação...

Revista Adusp- O INPA [Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia] teve a nota rebaixada.

RJR- É? Ele tem seis programas. Pode ser que um tenha sido. Havia uma proposta de curso novo no Amapá. A área de planejamento urbano visitou e propôs o apoio da Capes. Nós aprovamos. Com isso, foi o primeiro programa de pós-graduação do Amapá. Significa que a partir da semana passada, todos os estados brasileiros têm programas de pós-graduação. Não havia. Em Roraima havia um, desde a semana passada temos três ou quatro. Conseguimos ampliar o doutorado para oeste. Havia uma proposta de doutorado do professor Luiz Hildebrando, que é uma grande referência científica, e saiu do Instituto Pasteur, de Paris, para ir trabalhar em Porto Velho, Rondônia. Ele propôs um doutorado, foi uma coisa contestada, a

área não queria, no CTC discutimos detalhadamente e aprovamos o projeto de doutorado. Estamos assegurando a expansão da pós-graduação. Tínhamos o Minter, que era o mestrado fora de sede, quando você tem um mestrado, geralmente em uma instituição mais forte, pelo menos nota 4, e ele forma a turma *in loco*. Ao invés de mandar 20 alunos do Maranhão para a USP, você manda os professores para dar aula no Maranhão. Agora aprovamos o Dinter, doutorado fora de sede. Já havia cursos experimentais, a Universidade Federal do Pará tinha feito em Rondônia e no Amapá, e regulamentamos isso.

Revista Adusp- Estas regiões mais carentes estão todas com notas mais baixas.

RJR- Claro.

Revista Adusp- Este processo de avaliação está orientando a distribuição de recursos. Você acaba reforçando o que existe.

RJR- Não. Você está errado. Porque na distribuição de bolsas adotamos um critério que é o seguinte: dividimos o país em cinco regiões, como todo mundo divide. Só fizemos algumas correções. Se misturar o Distrito Federal com os estados da região Centro-Oeste, deforma a estatística. São Paulo também é uma região à parte, inclusive por ter características muito particulares, pelo enorme aporte de dinheiro que a Fapesp traz, embora muito pouco na forma de bolsas. A Fapesp praticamente não dá bolsas — bolsas quem dá é a Capes, 58% das bolsas do Brasil, em um todo que inclui a Fapesp, CNPq e as outras Faps e instituições privadas e fundos setoriais. Se você

faz esta geografia, atribui uma série de indicadores para concessão de bolsas. De fato, alguns destes indicadores têm a ver com a qualidade. Se um programa é 7 ele vai ter um multiplicador. Mas se é do Estado de São Paulo ele vai ter um redutor. Se é do Rio de Janeiro ou do Distrito Federal vai ter um redutor um pouco menor. Se é da Amazônia, Nordeste ou Centro-Oeste, vai ter, como eu diria, um inflator. Você estabelece correções na atribuição de bolsas por conta disso.

Revista Adusp- Mas se ele tiver nota baixa também vai ter um redutor.

RJR- Ele não tem o redutor, apenas não tem o inflator. Agora, você faz um *brand*, um *mix* de tudo isso. Você não tem que dar dinheiro para um programa só porque ele é nota baixa. Você tem que dar dinheiro para um programa se ele tem um projeto de crescimento. Por isso a gente quer fazer redes. Quando a gente tem uma rede que faz um programa 6 ou 7 apoiar um programa 3 ou 4 em uma região menos favorecida, tenho condições de dizer que este programa poderá ir bem. Agora, não é simplesmente porque o programa é fraco que ele é apoiado. Ele é apoiado se tem uma indicação de que pode crescer.

Revista Adusp- Refiro-me à retirada de bolsas, por exemplo, o programa de pós-graduação em Comunicação Social da ECA tem nota 3. Ele tem pouquíssimas bolsas.

RJR- Sim, é um programa da USP. A USP ter um programa 3 é uma coisa espantosa.

Revista Adusp- Então este programa foi punido pela nota.

RJR- Efetivamente foi. Mas o fato de um programa ter um desempenho fraco, como o da ECA, que desde 2001 tem nota 3, só agora começa a reagir, é a prova de que a avaliação é importante. Acompanhei muito o caso da ECA. A própria área diz que é o melhor programa da área no Brasil e o pior. Ele reuniu grupos muito dessemelhantes no seu seio. E precisa ter uma forma de se fortalecer.

Revista Adusp- Mas é problema ter grupos dessemelhantes? Este programa foi punido com a perda de bolsas, mas reúne praticamente um quarto dos doutores da área no Brasil. E titula a mesma quantidade. Quando vai fazer a sua avaliação o comitê diz que a área está uma maravilha, titula tantos doutores e mestres, e aí a instituição que com todos os seus problemas tem esta produção e quantidade de doutores, tem nota 3. E os alunos são punidos com uma brutal redução de bolsas, dos tempos de titulação, do prazo de qualificação.

RJR- O único ponto que a Capes tem a ver é com redução das bolsas. Quanto à redução de tempo de titulação esta Diretoria já deixou claro que não é uma prioridade da Capes. Se a área está querendo fazer, é decisão do programa, não é mais uma orientação da agência. Você perguntou qual o problema de ser dessemelhante o programa. A dessemelhança diz respeito, sobretudo, à qualidade do programa como tendo produção científica atualizada. É importante que os docentes estejam tendo produção atualizada, porque isso é que garante que os alunos de fato estejam sendo orientados por gente capaz.

Revista Adusp- Queria precisar mais duas questões que você falou. Uma delas é a pressão do tempo. Esta pressão do tempo está existindo há quase uma década.

RJR- É verdade, veio daqui.

Revista Adusp- Eu queria precisar muito bem esta mudança. Área de ensino, eu sou da Física. O pessoal está encurtando os tempos e isso é um problema. Porque tem professor da rede também.

RJR- Mas aí você está falando da área de Física ou de ensino de ciências?

“Não faz o menor sentido você estabelecer que uma pessoa que está na vida profissional tem que ter a mesma velocidade de tese de uma pessoa que está em tempo integral [na pesquisa]”

Revista Adusp- É uma área comum, mas a Física participa. Esta questão do tempo está sendo uma pressão em todos os lugares. Na Geologia, o pessoal teve uma perda de pontos na área deles, por causa desta pressão do tempo para titulação, que apesar de ter melhorado o pessoal quer que seja mais. E o que eles dizem? Que vocês estão criando uma pressão que prejudica muita gente que trabalha e quer fazer pós-graduação. Uma coisa é ter uma diretoria de redução do tempo, outra é você fazer

uma imposição, e é inclusive o que está acontecendo na USP: a USP está mudando os seus prazos, que deveriam ser mais longos, em função de uma orientação da Capes.

RJR- Até 2003, o tempo de titulação era o principal critério para atribuição de novas bolsas. No ano passado, a gente reduziu muito este critério. Na discussão dos critérios do triênio 2001-2003 para avaliar 2004, eu e Jorge falamos várias vezes que não era oportuno considerar tempo de titulação. Várias áreas quiseram manter. No fim, a coisa parece caminhar na maior parte das áreas para a seguinte definição. Primeiro, as áreas que quiserem manter tempo médio de titulação, a Diretoria não interfere. A Diretoria pode várias

coisas, mas sobre cursos novos e notas quem decide é o CTC, que tem 17 representantes dos cientistas, quatro da Diretoria e um dos estudantes. Se as áreas quiserem considerar tempo médio de titulação, decisão delas. Mas a recomendação neste caso é levada em conta apenas para bolsista, e não para não-bolsista. Que atende justamente ao ponto que você está dizendo. Pois não faz o menor sentido você estabelecer que uma pessoa que está na vida profissional tem que ter a mesma velocidade de tese de uma pessoa que está *full time*, em tempo integral, trabalhando.

Aí, tem duas ponderações a fazer. Não temos condições de ampliar o tempo de bolsa. Nosso tempo de bolsa já é maior no doutorado. A Fapesp, por alguma razão que me escapa, limitou em três anos o doutorado, o que é realmente pouco viável para uma boa tese. Agora, não

podemos aumentar porque para aumentar seis meses um doutorado, temos que reduzir proporcionalmente o número de bolsas. Imagine a catástrofe. Tivemos uma dificuldade muito grande de aumentar o valor da bolsa, e ainda assim um valor inferior à inflação do governo passado, que tinha deixado congelado.

Um segundo ponto é a questão de depender da área. Você sabe, sendo físico, que a questão do laboratório na Física é crucial. Nas áreas de Humanas, não há o mesmo peso. Se em uma área o acesso ao laboratório é crucial, e o número de pessoas que podem estar em um laboratório é limitado, se dobramos o tempo de titulação reduzimos pela metade o número de alunos que podem usar este laboratório. Em uma área como História, ou Letras, o acesso aos livros não trará absolutamente problema. Então o tempo de titulação mais amplo pode não acarretar o mesmo problema. De qualquer forma, o que estamos dizendo é: o tempo médio de titulação não é mais um indicador importante.

Revista Adusp- Mas isso é diretriz da Capes?

RJR- Isso está sendo informado, o primeiro veículo informado foi a Rádio USP, há um ano e meio, dizemos isso constantemente aos representantes de área, mas queremos que seja discutido pela áreas.

Revista Adusp- Por que a pressão do tempo médio de titulação foi imposta sobre toda a pós-graduação?

RJR- Faça a seguinte avaliação: o governo passado conseguiu melhorar muito a pós-graduação. O grande conflito político entre o governo passado e o atual na área de educação se dá na graduação e no nível das

instituições privadas de ensino superior. O governo passado era altamente privatizante; estamos aumentando o número de universidades e de alunos. O governo passado puniu as escolas que saíram melhor no Provão, que foram as públicas; nosso governo não quer fazer isso. Não repôs vagas no ensino superior federal; nós estamos repondo. Enquanto no governo passado o número de professores nas federais se reduzia, a Capes com o apoio sim da comunidade científica, porque sem isso não conseguiria nada, conseguiu apertar muito a orientação. Os professores começaram a orientar mais, a cobrar mais dos alunos e deu para aumentar muito o número de doutores que o Brasil titula por ano. O aumento neste país tem sido de 10% a 15% ao ano no número de doutores e de mestres. Não tem país do mundo que faça isso, uma coisa fantástica. Temos um problema sério: o apelo ao voluntarismo, por assim dizer, para usar um velho termo trotskista, está chegando ao limite. Não dá para continuar apertando a comunidade sem repor vagas, sem designar novas verbas etc... Como se faz? Não é fácil. Temos dificuldades orçamentárias enormes. Estamos tentando.

Por que isso foi imposto a todo mundo? Porque a idéia era forçar a pós-graduação a ter um outro desenvolvimento. Continua sendo necessária esta imposição. Agora, o nosso anseio é entender a avaliação não como uma forma punitiva. Não entendo que a avaliação pode ser punitiva. Ela pode ser punitiva em alguns pontos. Descredenciar e fechar um curso é extremamente importante. Este poder que a gente

tem, que levou ao fechamento de 2% dos programas na avaliação passada, 36 em um total de 1819, é fabuloso, porque estes 36 garantem que os outros 1783 estão funcionando bem. Se tivesse isso na graduação brasileira, iria assegurar que fosse melhor. A graduação é muito ruim porque você abre qualquer faculdade, precisa de autorização do MEC, mas dificilmente ela é fechada. Agora, se o lado punitivo faz parte de um processo avaliativo, é uma parte menor.

Revista Adusp- Com o crescimento do sistema de pós-graduação, e o estrangulamento de recursos, a avaliação não acaba sendo punitiva? Fala-se em comunidade científica, “a comunidade científica fez esta estrutura”, quem é esta comunidade científica? Porque a comunidade é algo muito mais amplo. Uma parcela desta “comunidade” tem interesse pessoal na questão, no instante em que para aumentar seu trabalho você tem que ter publicação, produção, e a base da produção do trabalho está na pós-graduação. O encurtamento vem associado ao interesse de que o pós-graduando trabalhe, pegar o bolsista, que vai produzir rapidamente e dar logo um retorno. Como esta “comunidade”, que não é exatamente a comunidade, é construída para tomar conta do comitê? Não tem um processo democrático de construção. Tem o interesse de quem toma conta dos comitês neste processo do produtivismo, porque realimenta sua base de trabalho. Tem a questão do orçamento que tocamos aqui, que é a carência do recurso. Você tem criado na comunidade científica uma tensão muito grande. Eu produzo, eu recebo; você

não produz e não recebe. O Estado não tem investido em ciência e em tecnologia, como um país como o Brasil precisaria que investisse?

RJR- Aí vai muito além do que pode ser uma decisão da Capes. É um problema preocupante, você pode ver em um artigo que o Leopoldo de Meis publicou dois anos atrás. O Leopoldo de Meis, que sempre defendeu muito a cultura da competitividade, começa a perceber que em certos concursos o sucesso é quase por acaso. Você passa a ter pessoas muito boas, e o fato de uma vencer, outra não no concurso passa a ser um detalhe, uma fração de milímetro, entre uma e outra. De fato isso é preocupante. Mas tem muito mais a ver com a falta de orçamento, de maneira geral, para a ciência e tecnologia, e não com o que a Capes está fazendo. É um problema do sistema como um todo.

Revista Adusp- Parte da Capes esta orientação...

RJR- Como fazer? Se você tem recursos finitos e limitados, tem que fazer o melhor uso possível deles. Tínhamos 34,5 mil orientadores, aprovamos 174 cursos novos — calculando entre 8 e 10 por curso, devemos estar com 36 mil orientadores, praticamente todos doutores. Temos no Brasil 254 mil docentes no ensino superior, dos quais 54 mil doutores. Vamos lá: 36 mil orientadores, sobre uma base de 54 mil doutores, quer dizer que dois terços dos doutores estão na pós-graduação. Quando falamos de comunidade científica, estamos pensando principalmente nesse pessoal que está na pesquisa. É bom que a graduação tenha dou-

tores, mas infelizmente é um pouco difícil um ambiente de pesquisa se manter se não tem um grupo de pesquisa de pós-graduação. Daí a importância de expandir a pós-graduação, e especialmente expandir o mestrado. Gostamos muito quando um doutorado é criado. O Piauí criou o seu primeiro doutorado no ano passado. Mas enquanto não é criado, é fundamental o mestrado, porque ele estabelece para o grupo um ambiente de pesquisa. Temos 200 mil docentes sem doutorado,

“O nível de crescimento que no governo passado foi mantido pela pressão e pelo aperto, a gente quer que se mantenha também pela entrada de dinheiro novo, contratação de professores novos etc”

sendo que desses cerca de 90 mil têm mestrado. Temos 110 mil docentes do ensino superior que não têm titulação pós-graduada. Isso é extremamente importante. Quando pego o total do sistema, incluindo as privadas, comunitárias e as poucas municipais, realmente não há muita alternativa, a não ser maximizar os recursos. Agora, como maximiza?

Você tem uma cultura da competição e uma cultura da cooperação. Se pensar só na competição, vai fazer o possível para que, como aque-

la citação bíblica, “os que têm muito mais lhes será dado, e aqueles que têm pouco, até isso lhes será tirado”. É um termo esquisitíssimo para estar na Bíblia. Mas, se você tiver uma cultura só da competição, vai fazer algo que me parece desastroso em termos de sociedade brasileira e de comunidade acadêmica. Então temos que incentivar muito a cooperação. Hoje é possível sinalizar que certos recursos serão disponibilizados quando o curso oferece uma cooperação. É possível fornecer os recursos quando um programa quiser se recompor ou se reestabilizar.

Quais são os recursos? A gente tem um problema orçamentário muito sério. Essa é uma das traves em que a gente bate. O PNPG, Plano Nacional de Pós-Graduação, calcula R\$ 1,6 bilhão de dinheiro novo em cinco anos, não só na Capes mas em todas as instâncias, para você manter o nível de crescimento. Quer dizer que aquele nível de crescimento que no governo passado foi mantido pela pressão e pelo aperto, a gente quer que se mantenha também pela entrada de dinheiro novo, contratação de professores novos etc.

Quanto à questão do produtividade: há sinalizações que foram feitas que devem ter cumprido seu papel. O tempo médio de titulação algum papel cumpriu. Teve gente que se doutorou, fez mestrado, em muito tempo, era preciso reduzir. Agora, quando se chega a um certo resultado, você pode continuar a coletar e acompanhar o índice para se assegurar de que não tenha deformação. Mas não necessariamente

precisa fazer política em cima deste índice. Pode pegar outro índice. Por exemplo: um programa 6 e 7. O sistema atual não permitiria chegar a um 6 e 7 sem você ter uma segurança da nota dele. No ano passado acrescentamos uma coisa: quando a área propunha um programa para 6 ou 7, ela dizia quais eram as cinco principais produções. Assim posso comparar um programa de Filosofia com um de Engenharia, com um de Biológicas. Em Biológicas, pelas contas, a comissão de área já chega ao 6 ou 7. Mas isso basta? O programa de Biológicas produziu uma vacina? O de Saúde Coletiva revolucionou a saúde no sul da Bahia? O programa de História fez um trabalho notável? Pode ser de vários tipos, inclusive não só de pesquisa pura, pode ser um trabalho notável de capilarização pelo país. A área de História considera isso. Para ser nota 6 ou 7 você tem que ter doutor de norte a sul formado pelo programa.

Então, se tem os indicadores qualitativos, finais, na hora de comparar, você avança muito e adota uma sinalização diferente. Daí a importância, no caso da USP, a maior universidade com número de cursos 6 e 7. Nossa universidade coopera com o resto do país menos do que deveria. E isto deveria ser uma linha fundamental da pós-graduação, da pesquisa, da extensão, enfim de todas as áreas da USP.

Revista Adusp- Com o estrangulamento dos recursos a avaliação não corre o risco de se tornar um fim em si mesma?

RJR- São duas coisas diferentes.

Revista Adusp- Mas estão associadas.

RJR- Não, porque o correto da

avaliação é perguntar para a área quais são os critérios dela. E ser muito severo nesta pergunta. Se a área fugir pela tangente, é questionar pela comunidade acadêmica. Agora, dito pela área qual é o critério dela, você respeita. Então, aí, a avaliação não é um fim em si. É um meio de se promover uma melhora na área.

Revista Adusp- A autorização do governo para expansão da pós-graduação para programas à distância é, a nosso ver, muito preocupante. Como é que a Capes vai avaliar estes programas?

RJR- Com muito rigor.

Revista Adusp- Mas concretamente como ela vai fazer isso?

RJR- Não temos nenhum programa na casa que use educação à distância. Temos um programa, aprovado no ano passado no Ceará, que trata de tecnologia de educação à distância. Mas nada no projeto é não presencial. A pós-graduação envolve um contingente presencial muito grande, porque ela é imersão em um grupo de pesquisa. Eventualmente você pode, por outro lado, vir a ter alguma forma pela qual uma parte do trabalho se faça à distância, principalmente por vídeo-conferência. Quando a gente receber proposta vai analisar, não vamos aceitar pós-graduação que não tenha um componente presencial seguro.

Revista Adusp- Imagino o que vai ser um mestrado à distância, um doutorado a distância, porque ainda não existe regulamentação nenhuma.

RJR- Existe um decreto, encaminhado pelo MEC ao Presidente, e deixa muito claro que o credenciamento de programas à distância de pós-graduação é feito pela

Capes, pelos critérios que a Capes estabelecer. Um ponto para nós é pacífico: não dá para ser inteiramente à distância.

Revista Adusp- O setor privado está de olho, inclusive em parcerias com universidades do exterior. Eu tive um debate com Cláudio Moura e Castro, da *Veja*. Ele fala explicitamente que é a revolução industrial na educação. “Você vai pegar um aluno ruim, fraco, com um professor fraco, e vamos dar educação superior a ele”. Cita até você, pega uma aula sua e transmite para a sala onde o aluno é fraco, o professor é fraco, mas vai ter suporte forte de professores que estão em vídeo, na internet. Eles estão preparando uma máquina para vender isso como *franchising*. Ele diz isso, não eu. Ele diz que este aluno sabe que alguém com um diploma ganha três vezes mais: “Estou praticamente completando a alfabetização dele, com um professor ruim e faturando, porque o Estado não tem dinheiro para manter esta estrutura toda de universidade pública de boa qualidade”. Então é montar negócio. E como fica isso para mestrado e doutorado?

RJR- Não queremos isso... *franchising* etc. Dependerá da Capes e do apoio que a comunidade científica der à Capes. Porque é óbvio que a pressão virá e será forte. Então a avaliação tem que ser pela qualidade. A única forma de fechar uma instituição ruim, um curso ruim, a maior parte dos quais está nas privadas mas não só, é pela avaliação. Tenho que ter um sistema rigoroso. Do ponto de vista da Capes é esta questão.

Revista Adusp- Não existe formação sem convívio universitário, que não é só sala de aula. Porque dependendo de como é a sala de aula, ela já é ensino à distância, se tem 120, 150 alunos. O convívio no ambiente universitário não se faz à distância de jeito nenhum. Qual a necessidade de se fazer pós-graduação à distância?

RJR- Ficou claro por tudo que eu disse que a Capes não está convencida de que uma pós-graduação possa ser inteiramente à distância. Há um decreto-quadro que o Ministério está estabelecendo sobre todas as formas de ensino à distância.

Revista Adusp- O fato é que o governo propôs. Estamos sentindo duas coisas nisso. O interesse do mercado de educação, os empresários que estão de olho nisso. O próprio governo, que não está pondo recurso na forma como deveria, acaba tendo na educação à distância uma forma mais barata, mas que acaba tendo qualidade muito menor, não corresponde à formação que historicamente temos defendido.

RJR- Não posso discutir os projetos do governo nesta área porque não tenho acompanhado. Só posso repetir o que temos considerado na Capes. A imersão em ambiente de pesquisa é fundamental na pós-graduação.

Revista Adusp- O comitê de área define tanto o Qualis quanto a própria avaliação?

RJR- Os critérios e a própria avaliação.

Revista Adusp- Ela não tem um poder que pode ir além da autonomia universitária, para definir os rumos da pesquisa e da pós-graduação?

RJR- A autonomia universitária está definida na Constituição. Mesmo assim permite uma série de regulamentações. O governo definiu, no projeto de reforma, a autonomia da instituição universitária, não da mantenedora. Até então se entendia que a autonomia era do dono. Agora se entende que a autonomia é da instituição. Teve que haver concessões, não deu para apresentar o projeto como gostaríamos, mas de qualquer forma deu-se um passo conceitual muito importante. Autonomia além do mais não é independência. Você

“O credenciamento de programas à distância de pós-graduação é feito pela Capes, pelos critérios que a Capes estabelecer. Um ponto para nós é pacífico: não dá para ser inteiramente à distância”

precisa então definir a autonomia, quem é o sujeito, e quais os deveres que este autônomo tem. Ponto muito importante são os deveres em relação ao que está fora da universidade. Aí você tem desde o dever de pesquisa, para melhorar a qualidade da pesquisa brasileira, ao dever de formação de graduados e pós-graduados.

Revista Adusp- O poder do comitê de normatizar o que é a pesquisa dentro da área é muito grande?

RJR- Bastante grande. Isso é afe-

rido pelo CTC. Que se compõe de 16 representantes dos distintos comitês, ou seja, dois por área. Você tem 44 representantes, dos quais 16 têm assento nos comitês. E o CTC tenta padronizar. Estamos fazendo desde o ano passado discussões de conteúdo no CTC. Princípio de solidariedade, de transparência, a página *web*, todos estes pontos foram discutidos exaustivamente. Política industrial, políticas sociais, temos discutido muito estas questões.

Revista Adusp- Mas estes comitês de área são permeáveis a esta mudança de filosofia?

RJR- O CTC é extremamente permeável a isso, aceita muito bem.

Revista Adusp- Mas os comitês de área?

RJR- Os outros 28 que não têm assento lá. A maior parte é.

Revista Adusp- Qual a renovação?

RJR- Nós renovamos 36 de 44, oito se mantiveram.

Revista Adusp- No comitê técnico?

RJR- Quem tem mandato é o representante de área, o comitê pode se renovar inteiro. Nós renovamos 36 dos 44. Então a renovação foi bastante ampla. Nem todos puderam ser reconduzidos, havia 10 que estavam cumprindo segundo mandato. Mas alguns o professor Jorge é que nomeia, a partir de uma lista tríplice que o Conselho Superior monta.

Revista Adusp- Quando há um recurso ele vai para o mesmo comitê de área, ou vai para o CTC?

RJR- Recurso, a rigor, seria ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Porque você não pode recorrer à instância que deferiu. Pede que reconsidere. Há um

pedido para reconsiderar, o comitê de área é renovado para julgar o pedido de reconsideração. No ano passado pedi que cada comitê se renovasse em ao menos 50% para a reconsideração. Se não, são as mesmas pessoas. Depois disso vai para o CTC, onde eu encaminho para um parecerista diferente da visão anterior. Vai, e o CTC decide. Isso pode ir depois ao CNE, mas nunca aconteceu de o CNE revisar uma decisão da Capes. Mas de qualquer forma existe a perspectiva legal de que um recurso seria ao CNE, que é uma instância externa. Aqui dentro, o que a gente já procura fazer é renovar e arejar a percepção.

Revista Adusp- Retomando e insistindo: como é que você vê o papel da avaliação, da Capes dentro deste contexto de avaliação? Como uma coisa necessária e não como parte de um projeto que de certa forma foi imposto? Existe uma diretriz muito clara, as agências internacionais, principalmente o Banco Mundial, trabalham a avaliação como “espinha dorsal” da educação, com estes propósitos que foram elencados aqui: justificar insuficiência de verba, colocar de certa forma sob controle os professores. Você acha que apesar disso a avaliação da Capes tem um papel positivo e não tem nada a ver, que é um delírio nosso, ou existe isso, mas a Capes pode desempenhar um papel interessante apesar disso?

RJR- Não vou negar que exista isso. Há todo um elemento forte do que você está dizendo que tem a ver. Não vou dizer que a avaliação não seja mal usada, não tenha sido mal usada, e não possa ser mal usada.

Pode ser mal usada. Mas como estamos lidando basicamente com recursos públicos, o dever que a sociedade tem é assegurar que ele seja o mais bem utilizado possível. Agora, não posso verificar se a universidade está cumprindo seu papel social, se não tiver segurança de que ela está fazendo um bom trabalho. Qual o bom trabalho, é uma boa pergunta. Onde está e de que maneira se dá. E alguns princípios da avaliação são muito importantes. Primeiro, você pergunta à própria área qual é o critério dela. Segundo, você

*“Tenho insistido:
não deve a avaliação
ser a mera sobrevivência
dos bons grupos e deixar
perecerem os outros. Não
é esse o objetivo da
avaliação”*

aperta isso, confere, discute, verifica se os critérios são para valer, ou tudo isso é uma mistura, como é comum neste país, de princípios belíssimos na Constituição e um casuísmo enorme na prática. Então você tenta proibir o casuísmo. Você deduz, com rigor, as conseqüências dos princípios. Isso tem funcionado. Agora, depende muito do critério que é dado a ele. Por isso eu tenho insistido: não deve a avaliação ser a mera sobrevivência dos bons grupos e deixar perecerem os outros. Não é esse o objetivo da avaliação.

Revista Adusp- Tem gente que é excluída, em uma situação em que o Brasil deveria estar aproveitando todos estes recursos humanos. Está cheio de lugar que você tem professor que é desligado, que passa a ser colaborador, porque o permanente conta, o colaborador não. Aí ele vira co-orientador quando na verdade é orientador. Tem uma perversidade.

RJR- Maquiagem...

Revista Adusp- Que junta com a falta de recursos. Não deveria ter falta de recursos. Melhorar a estrutura de universidade e pesquisa no país custaria relativamente pouco. Está virando instrumento de legitimar: quem vai ter, quem não vai ter. Joga o conflito para dentro da universidade. Recebemos os recursos porque somos bons; aqueles que são ruins — mas ruins com doutorado, com condições de orientar gente, de desenvolver ciência e cultura em uma estrutura de cooperação — acabam excluídos, resultado de falta de recursos de um lado e perspectiva de competição de outro lado, que vem do modelo americano.

RJR- Com toda a falta de recursos, o governo atual aumentou os recursos alocados em universidade federais. Viajo bastante no Brasil e vejo que universidades que não estavam com verba para a própria sobrevivência de alguns departamentos, estão agora com verba para passagem de visitante, de professor para congresso. Isso é pouco. Mas garantiu uma possibilidade de sobrevivência. A avaliação ser utilizada para isso é o que procuramos evitar o máximo possível.